

Edição e estudo de um manuscrito mato-grossense do século XVIII

Editing and study of an 18th century manuscript from Mato Grosso

Laura Aristimunha da Silva Lé*
Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto**
Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, BA, Brasil

Resumo: Os documentos históricos são essenciais para conhecermos o passado e, para isso, faz-se necessário que as suas informações sejam preservadas para a posteridade. Partindo dessa assertiva, o presente trabalho tem por finalidade apresentar as edições fac-similar e semidiplomática de uma carta manuscrita de 6 de maio de 1769, pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso e enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao então capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho; seguida de breves comentários históricos, paleográficos e codicológicos. Como resultados, apresentamos um estudo minucioso do documento, que pode contribuir para as áreas de Paleografia, Codicologia e História e para a preservação do patrimônio cultural de um povo, de uma língua e de uma determinada cultura. Como conclusão, o estudo realizado nos permite conhecer uma fonte documental, até então esquecida ou desconhecida, que se soma aos trabalhos filológicos empreendidos em e sobre Mato Grosso e acerca da língua portuguesa escrita no século XVIII.

Palavras-chave: Filologia. Edição fac-similar. Edição semidiplomática. Correspondência mato-grossense. Século XVIII.

Abstract: Historical documents are essential to know the past; for that reason, it is necessary to preserve their information for posterity. Based on that, the present paper aims to present the facsimile and semi-diplomatic editions of a handwritten letter dated May 6, 1769, belonging to the Public Archive of the State of Mato Grosso, which was sent by the councilors of Cuiabá Chamber to the then Captain-General of the Captaincy of Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho, followed by brief historical, paleographical and codicological comments. As a result, we present a detailed study of the document that can contribute to the areas of paleography, codicology, and history, and to the preservation of the cultural heritage of a community, a language, and a specific culture. To conclude, the study conducted allows us to know a documentary source that was previously forgotten or unknown, which adds to the philological works undertaken in and about Mato Grosso, as well as the portuguese language written in the 18th century.

* Mestranda em Estudos de Linguagem, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil; laura.asl@hotmail.com

** Doutora, Professora de Língua Portuguesa, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, BA, Brasil; josenilce.barreto@ufob.edu.br

Keywords: Philology. Facsimile edition. Semi-diplomatic edition. Mato Grosso correspondence. XVIII century.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar o estudo filológico de uma carta manuscrita, datada de 6 de maio de 1769, pertencente ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho, pedindo providências das autoridades, pois muitos escravizados estavam fugindo das propriedades.

Partindo desse contexto e segundo Spina (1977, p. 75), “[...] a Filologia concentra-se no texto, para explicá-lo, restituir-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado [...]”. Para realizar a edição e preparação do texto, as filólogas, neste caso, partem da edição fac-similar disponibilizada pelo Arquivo Público do Estado de Mato Grosso para, então, realizarem a edição semidiplomática, a partir de critérios adotados na Filologia Textual e em suas ciências afins, a saber: a Paleografia, a Codicologia e a História.

Este trabalho está organizado em sete partes, com o fito de apresentar os aspectos sócio-históricos do corpus da pesquisa, a fim de se obter uma compreensão do contexto histórico no qual o manuscrito foi lavrado, da explicação teórica sobre a Filologia e as suas ciências afins e da apresentação dos tipos de edição, dentre elas, a edição fac-similar e os critérios adotados para a edição semidiplomática.

Essa dinâmica de apresentação tem como finalidade facilitar a leitura do texto escolhido e, conseqüentemente, o seu entendimento, além de trazer os dados sobre o aporte teórico para a análise do documento, fundamentada na Codicologia e na Paleografia. No âmbito dessas disciplinas, foram realizados comentários codicológicos e paleográficos, os quais envolvem uma análise minuciosa do suporte físico do texto, da escrita e de outros elementos relevantes.

Dentre os aspectos estudados na Paleografia, foram examinadas as abreviaturas presentes no documento, observando seus desdobramentos e classificações específicas. As abreviaturas, comuns em manuscritos do século XVIII, são utilizadas para economizar espaço e tempo na escrita à mão, cuja análise permite obter informações valiosas sobre o contexto e o estilo de escrita do documento. Nas conclusões finais, é apresentada uma síntese das informações coletadas sobre as características do documento examinado, juntamente com as referências que fundamentaram o presente estudo.

2 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS DO CORPUS

Por meio da função transcendente da Filologia (Spina, 1977, p. 141), podemos ir para além do texto escrito e alcançar o seu contexto histórico e social. Spina (1977, p. 141) diz que “[...] é evidente que a Filologia necessita da perspectiva histórica para o seu exercício”. Logo, o objeto da pesquisa que resultou neste trabalho é uma carta da Capitania de Mato Grosso, criada em 9 de maio de 1748, pela Coroa Portuguesa, em decorrência da descoberta de jazidas de ouro, a qual foi desmembrada da Capitania

de São Paulo por meio de uma Carta Régia. A partir do desmembramento da Capitania, teve como capital a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, no período de 1752 a 1818. Luiz Pinto de Souza Coutinho, o quarto governador da Capitania, tomou posse em 3 de janeiro de 1769 e governou até 13 de dezembro de 1772.

A carta analisada é um documento histórico, que foi expedido pelos vereadores da Câmara de Cuiabá, em 6 de maio de 1769. Ela foi enviada ao governador capitão-general da Capitania de Mato Grosso na época, Luiz Pinto de Souza Coutinho, e trata da preocupação dos moradores e mineiros da região em relação às constantes deserções de seus escravos para um quilombo estabelecido além do rio Galéra.

Na carta, os vereadores solicitam ao governador que tome providências para lidar com a urgente necessidade que essa situação apresenta. Os vereadores enfatizam a importância de se combater o referido quilombo e mencionam os benefícios que adviriam dessa ação para todos os moradores da Capitania.

No século XVIII, durante a época dos grandes eldorados brasileiros, Mato Grosso experienciou a mineração, urbanização, delimitação de fronteiras e a formação de quilombos em seu território. Esses elementos formaram uma estrutura unificada que, por meio das relações estabelecidas e dos conflitos ocorridos, desempenhou um papel fundamental na composição do cenário histórico em que o documento analisado foi redigido.

De acordo com a pesquisa realizada por Reis e Gomes (1996), estudar o processo de formação dos quilombos é essencial para a compreensão de como se deram a escrita narrativa de manuscritos do século XVIII, os diálogos e os processos de luta e resistência dos africanos e descendentes, especialmente no período escravista no Brasil, temática que foi retomada na década de 1930 por estudiosos da historiografia brasileira. O trabalho de Reis e Gomes (1996) mostrou-se relevante para esta pesquisa, uma vez que as suas informações contribuíram para uma compreensão do cenário mato-grossense, à época do manuscrito analisado, fornecendo insights sobre as realidades históricas e culturais que permearam a região e influenciaram a produção e circulação dos documentos no século XVIII.

Segundo Reis e Gomes (1996), vários são os aspectos a serem considerados a partir desse contexto, uma vez que:

[...] as condições que estimulavam a fuga e a constituição de quilombos, como a natureza das relações escravistas e uma geografia facilitadora da instalação e defesa de comunidades de fugitivos; as estratégias de defesa e repressão dos quilombos; a demografia, a economia, a sociedade e as estruturas de poder dentro dos quilombos; as relações dos quilombos com a sociedade envolvente; combinando vários dos aspectos anteriores, o tipo de sociedade e cultura criadas. (Reis; Gomes, 1996, p. 10-11).

Quanto ao estado de Mato Grosso, de acordo com Volpato (1996), o processo de escravidão portuguesa levou ainda a outros meios de fugas para além da formação dos quilombos, pois, segundo ele:

[...] as fugas de escravos em Mato Grosso adquiriram algumas feições próprias, uma delas a fronteira como uma alternativa. Outra era a densidade da população indígena. Os índios podiam se tornar aliados dos escravos fugitivos, transmitindo-lhes técnicas de sobrevivência na floresta,

no cerrado, no pantanal. Mas também podiam se tornar mais um perigo para os fugitivos. (Volpato, 1996, p. 220).

Nesse contexto de fugas expressivas, os mineiros e os moradores da Capitania escreveram várias cartas, dentre as quais se encontra o objeto de estudo deste trabalho, suplicando às autoridades que tomassem providências sobre o assunto, pois já estavam sendo prejudicados financeiramente.

A análise feita pelos autores pode ser confirmada por documentos diversos que registraram, por exemplo, nos casos pertinentes à fronteira, que os conflitos entre a Coroa Espanhola e a Portuguesa e os eventuais acordos pela devolução de escravizados levaram à fuga destes para os territórios espanhóis, conforme registra Sá Júnior (2015):

Em um ofício do Governador Antônio Rolim de Moura Tavares ao Conselho Ultramarino, datado de 05 de setembro de 1754, é expressa a necessidade de uma convenção com a Espanha “em que se determinem o modo de se restituírem os escravos fugidos”. Um outro ofício, datado de 1769, demonstra que os resultados não foram fecundos. O Governador Luís Pinto de Souza Coutinho reclama da fuga de escravos “para a terra de Espanha”. Apesar de informar, em um ofício sobre “a restituição dos escravos fugidos para as terras de Espanha”, em outro, datado de 1777, o governador, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, reclama sobre “as fugas diárias de muitos escravos para os adjacentes domínios castelhanos” e a disposição dos espanhóis em “não os restituir”. (Sá Júnior, 2015, p. 4-5)¹.

FLP 25(1)

Para a Filologia, assim como para outras áreas da linguagem, a importância da análise de aspectos sócio-históricos do corpus de pesquisa possibilita ao pesquisador conhecer os principais elementos dos contextos sociais, políticos, culturais e históricos em que as amostras de dados foram coletadas, essenciais para a compreensão do resultado da pesquisa realizada. Na análise de textos históricos, por exemplo, podem-se revelar mudanças na gramática, no vocabulário e no estilo de escrita ao longo do tempo. Diante da perspectiva sociocultural, passa-se, no tópico seguinte, a discorrer sobre a Filologia.

3 NOTAS SOBRE A FILOGIA

Conforme apontado por Cambraia (2005, p. 20-25), a Filologia teve seu nascedouro durante os séculos II e I a. C., na Biblioteca de Alexandria, no Egito, por meio da iniciativa de Zenódoto de Éfeso, Erátostenes de Cirene e Aristófanos de Bizâncio, eruditos estoicos que se tornaram os primeiros diretores da referida instituição, sendo Aristófanos de Bizâncio o primeiro a se chamar filólogo. Afirma Spina (1977, p. 60) que a referida biblioteca possuía “490 mil volumes e outros 43 mil colocados no museu *Serapeum*, contíguo à Biblioteca”, fazendo com que o local se tornasse o maior centro de cultura helênica da Antiguidade.

¹ Ofício do governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Conselho Ultramarino sobre a fuga de escravos. CT-AHU-ACL-CU-010, cx. 19, DOC 1156.

Os filólogos da Biblioteca de Alexandria estavam, conforme sinalizado por Spina (1977, p. 61), “Voltados para a restauração, intelecção e explicação dos textos, o labor desses eruditos consistia em catalogar as obras, revê-las, emendá-las, comentá-las, provê-las de sumários e de apostilas ou anotações, [...]”, com o objetivo de salvaguardar os documentos depositados sob os seus cuidados para as futuras gerações.

Assim, Azevedo Filho (1987) e Cambraia (2005) apontam que a Filologia, com aporte nos ensinamentos de Spina (1977, p. 75), “[...] não subsiste se não existe o texto, pois o texto é sua razão de ser, e ainda, possui o intuito de explicá-lo, restitui-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado”.

Ademais, conforme indicado por Cambraia (2005) sobre a transdisciplinaridade e a crítica textual, é possível afirmar que uma das características de maior potencialidade da Filologia é a sua transdisciplinaridade, uma vez que, para que se fixe o texto, são necessárias outras áreas do conhecimento, principalmente aquelas que se debruçam em textos do passado e causam impacto direto sobre a atividade do filólogo ou crítico textual, dentre as quais se destacam: a Paleografia, a Codicologia, a Diplomática, a Bibliografia Material, a História e a Linguística.

Em complemento, a definição de Filologia apresentada por Santiago-Almeida (2009, p. 224) aponta para duas direções:

[...] uma *lato sensu* e outra *stricto sensu*. A primeira é o estudo da língua em sua plenitude, linguístico, literário, crítico-textual, sócio-histórico, no tempo e no espaço, tendo como objeto o texto escrito literário e não literário, manuscrito ou impresso. Já a segunda se concentra no texto escrito, primordialmente literário, antigo e moderno, manuscrito e impresso, para estabelecê-lo, fixá-lo e restitui-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado. (Santiago-Almeida, 2009, p. 224).

FLP 25(1)

Para além das concepções até aqui apresentadas, a fim de se respaldar na teoria do “fazer” filológico para, a partir disso, analisar o documento objeto deste estudo, buscou-se entendimento em vários estudiosos da área, que se debruçaram sobre as teorias filológicas e os tipos de edição de textos, uma vez que ainda não há um consenso entre eles sobre a definição a ser unicamente adotada para o termo Filologia. O consenso existente é o de que o termo continua a ser empregado de modo polissêmico.

Ao ampliar a discussão sobre a Filologia, este estudo se baseou em uma variedade de perspectivas e contribuições acadêmicas, enriquecendo a análise e possibilitando uma compreensão mais abrangente de um manuscrito mato-grossense do século XVIII.

3.1 Tipos de edição de textos

Existem diversas formas de se editar um texto, que podem ser, segundo Spina (1977), Azevedo Filho (1987) e Cambraia (2005): a edição fac-similar ou mecânica, a diplomática, a semidiplomática ou paleográfica, a modernizada e a edição crítica, entre outras. O primeiro tipo de edição adotada é a reprodução mecânica do documento, o fac-símile e a fotocópia, em que se preservam praticamente todas as características do original; o segundo já se configura como uma baixa intervenção do editor no texto, em

que, além de sua transcrição, desdobram-se as abreviaturas, com a manutenção de todas as demais características.

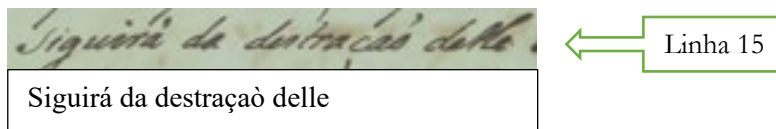
E, a partir dessas edições, com base nas ciências auxiliares à Filologia, como a Codicologia, a Paleografia e a História, serão descritos e analisados os aspectos paleográficos e codicológicos do corpus escolhido, com o objetivo de contribuir para a história do Português Brasileiro, por meio da preservação do patrimônio cultural escrito de um povo em uma dada época, e alcançar o conhecimento aprofundado da língua e da cultura em questão, optou-se pela utilização da edição fac-similar e semidiplomática da carta mencionada como objeto desta pesquisa.

4 APORTE TEÓRICO E APRESENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS E DAS EDIÇÕES

Para a análise do corpus, foram selecionadas, como aporte teórico, as obras de pesquisadores das áreas de: Filologia e Codicologia, segundo os constructos de Spina (1977), Spaggiari e Perugi (2004), Cambraia (2005) e Santiago-Almeida (2009); Diplomática, com aporte em Bellotto (2008), e da Paleografia, em Berwanger e Leal (2008), dentre outras obras que tratam do estudo codicológico, diplomático e paleográfico de manuscritos e que forneceram os fundamentos teóricos necessários para a análise realizada, ao possibilitar uma compreensão mais profunda das características formais, estruturais e linguísticas do documento em estudo.

Dessa forma, descreveu-se o suporte material e foram feitas considerações sobre o atual estado de conservação do documento. Os critérios adotados para a transcrição do documento e para a edição semidiplomática seguem as normas do Projeto para a História do Português Brasileiro, também conhecido como PHPB, quais sejam:

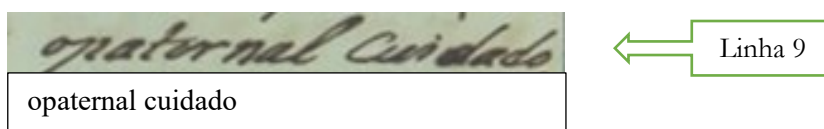
1. A transcrição é conservadora.



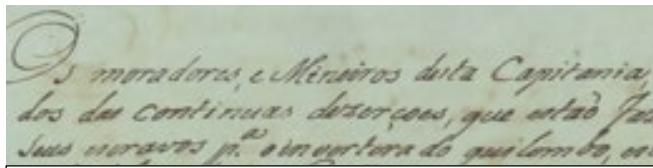
2. As abreviaturas são desenvolvidas e sinalizadas em itálico.



3. Não é estabelecida fronteira de palavras que vêm escritas juntas, nem se introduz hífen ou apóstrofo onde não há.



4. A pontuação original é mantida.



Linhas 4, 5 e 6

Os moradores, e Mineiros desta Capitania, obriga dos das continuas dezerções , que estaõ fazendo seus escravos para o invertera do quilombo, estabele-

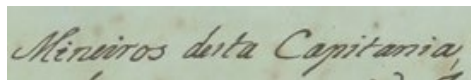
5. A acentuação original é mantida.



Linha 4

dezerções, que estaõ

6. É respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. Onde ocorre o caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, tal tipo de variação não é foi considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra propiciou a melhor solução.



Linha 4

Mineiros desta Capitania

FLP 25(1)

7. A intervenção de terceiros no documento original é transcrita.

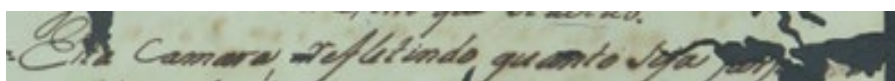
(6 – 5 – 69)

Linha 2

(Numero 521)

Linha 3

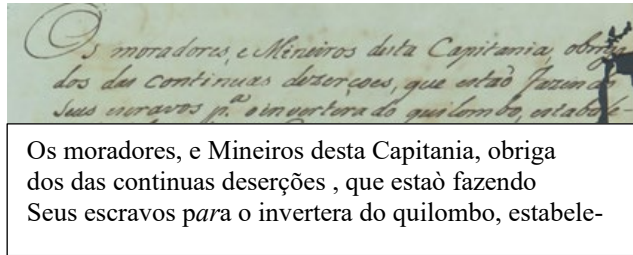
8. A letra ou palavra não legível por deterioração ou rasura justifica a intervenção do editor com a indicação entre colchetes, conforme o caso: [.] para letras, [corroída] para vocábulos e [corroída + n.º de linhas] para a extensão de trechos maiores.



: Esta Camara refletindo quanto seja p[corroída]

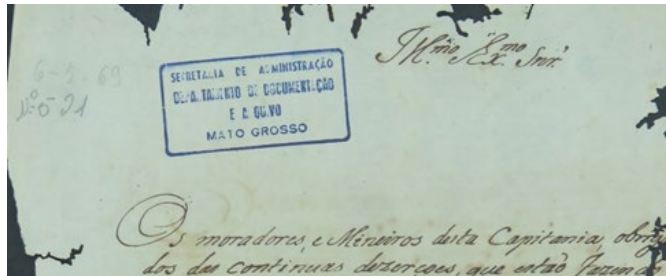
Linha 13

9. Conserva-se a divisão de linhas do documento original sem o uso da barra vertical.



← Linha 4, 5 e 6

10. As linhas são numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. A contagem é feita a partir do vocativo.



← Linhas 1, 2, 3, 4 e 5

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

(6 – 5 – 69)

(Numero 521)

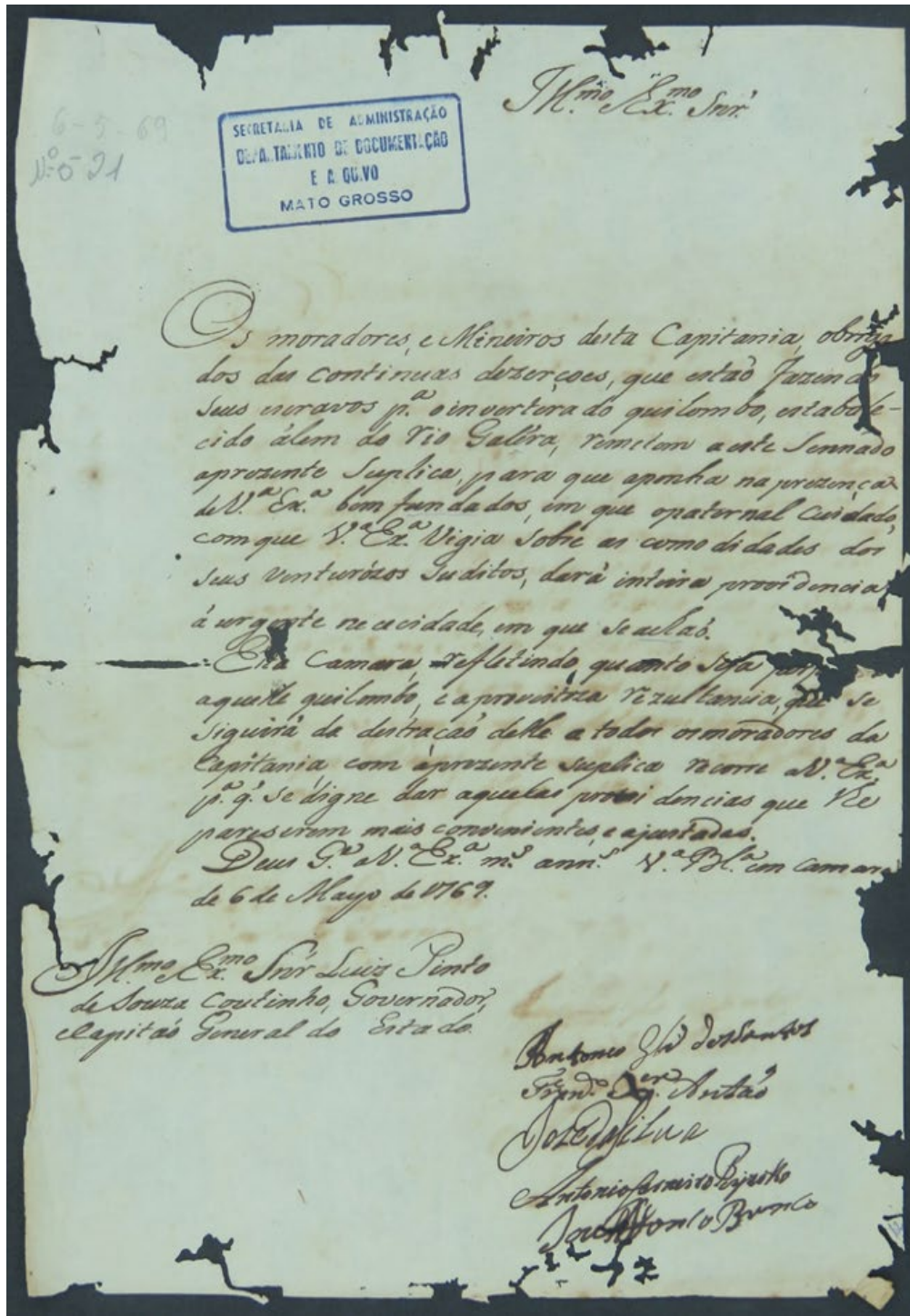
5 Os moradores, e Mineiros desta Capitania, obriga dos das continuas deserções, que estaõ fazendo

FLP 25(1)

11. A edição fac-similar é apresentada do lado esquerdo da edição semidiplomática.

Destaca-se que os critérios mencionados dizem respeito à transcrição do documento em sua forma original, preservando sua autenticidade e fidelidade ao texto original. Essa abordagem está alinhada aos princípios da edição semidiplomática, que busca conciliar a reprodução fiel do texto com a introdução de elementos pertinentes aos critérios de edição adotados e anotações explicativas para facilitar a compreensão e leitura do documento.

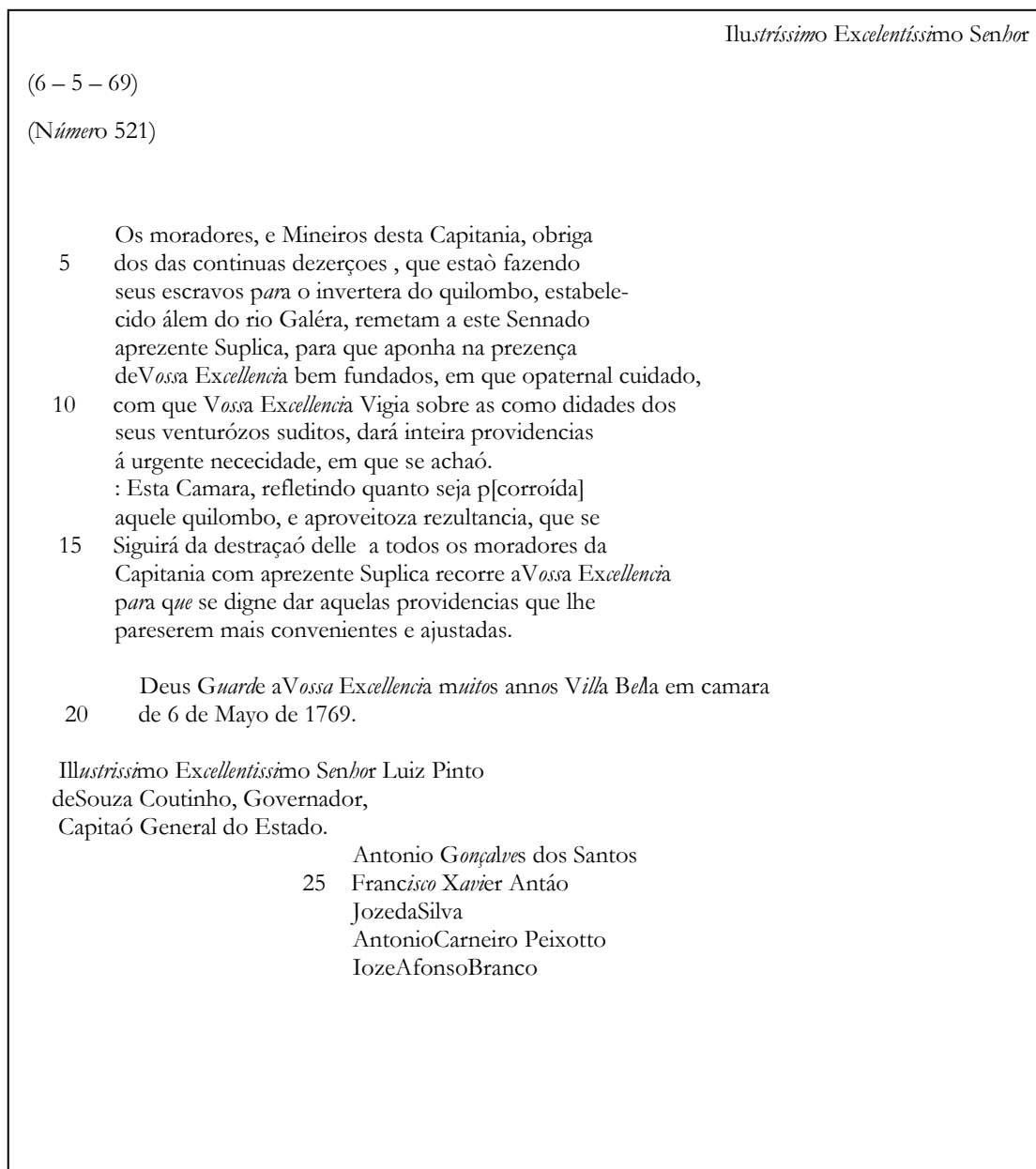
Feita a devida apresentação dos critérios adotados para a edição semidiplomática, demonstram-se, a seguir, as edições fac-similar e semidiplomática do documento, de forma corrida, e, na sequência, os recortes que reproduzem tais critérios.



FLP 25(1)

Fonte: Superintendência do Arquivo Público do Estado do Mato Grosso.

Figura 1 - Fac-símile da carta manuscrita, datada de 6 de maio de 1769, enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao Capitão-General da Capitania de Mato Grosso.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Figura 2 - Edição semidiplomática da carta manuscrita, datada de 6 de maio de 1769, enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao Capitão-General da Capitania de Mato Grosso.

5 NOTAS SOBRE A CODICOLOGIA

De acordo com Spina (1977, p. 22), “A Codicologia é uma ciência que estuda o material empregado na produção do manuscrito e das condições em que esse trabalho se verificou”. Esse entendimento é complementado por Spaggiari e Perugi (2004, p. 15) quando afirmam que a Codicologia “[...] estuda os manuscritos ou

códices, no seu aspecto material: qual é o suporte empregado, as dimensões do objeto, sua formação, conteúdo, as mãos que os transcreveram, datação, etc [...]”.

Cambraia (2005), assim como Spaggiari e Perugi (2004, p. 19), ressalta que conhecer os aspectos codicológicos permite ao pesquisador uma compreensão mais profunda sobre o processo de transmissão dos textos. Cambraia (2005, p. 27-28) destaca que os aspectos codicológicos, além de serem utilizados pragmaticamente na descrição de códices, apresentam-se como Guia Básico de Descrição Codicológica, assim definidos:

1. Cota: cidade onde se encontra o códice; nome da instituição; coleção de que faz parte e número ou sigla de identificação;
2. Datação;
3. Lugar de origem;
4. Folha de rosto;
5. Colofão;
6. Suporte material: papiro (papiroáceo), pergaminho (membranáceo) ou papel (cartáceo);
7. Composição;
8. Organização de páginas;
9. Particularidades;
10. Encadernação;
11. Conteúdo;
12. Descrições prévias.

FLP 25(1)

O Guia Básico de Descrição Codicológica apresentado por Cambraia (2005, p. 29), apesar de ser um modelo de descrição codicológica elaborado para textos antigos e com o fito de auxiliar filólogos em seu labor, pode ser utilizado, com as adaptações necessárias, para textos modernos, já que se trata de uma compilação de diretrizes e técnicas desenvolvidas, a partir da prática de especialistas em Codicologia ao longo do tempo, sistematizadas e apresentadas por Cambraia (2005) e adotadas para tecermos comentários codicológicos, como os apresentados a seguir.

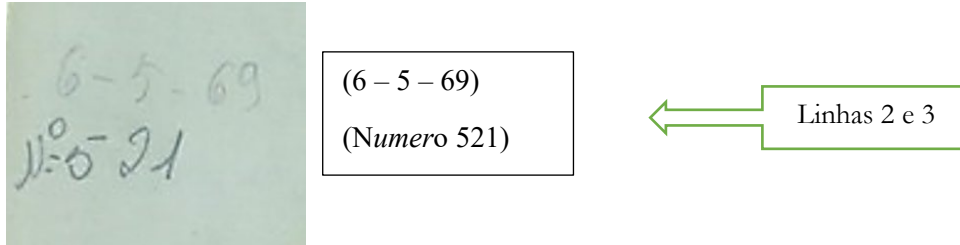
5.1 Comentários codicológicos

O documento se encontra em bom estado de conservação, embora apresente traços da ação do tempo, como se pode observar nas margens inferior, superior e nas laterais. Os dados do documento estão disponíveis para acesso no site da Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (SAP-MT)², com identificação discriminada na sua ficha catalográfica (Figura 5).

O suporte do documento é um papel sem pauta, com atuação de papirógrafos, e há vários orifícios no papel, porém não comprometem a compreensão da mensagem. Foi utilizada tinta do tipo ferrogálica, que se apresenta, atualmente, com cor acastanhada, resultado da descoloração da cor da tinta original, que ocasionou algumas manchas claras entre as linhas, sombreando as letras.

² Disponível no link: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/carta-dos-vereadores-da-camara-de-vila-bela-da-santissima-trindade-ao-governador-e-capitao-general-da-capitania-de-mato-grosso-luis-pinto-de-souza-coutinho-sobre-a-pratica-dos-homens-de-fabrica-e-aguardente-e-vendilhoes>. (Acesso em: 11 jun. 2022).

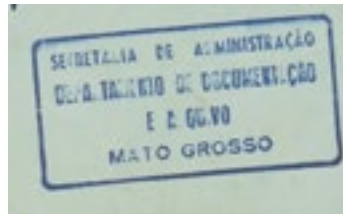
Na margem superior esquerda do recto, consta a identificação com a numeração escrita a lápis “6 – 5 – 69” (linha 2), que talvez seja uma anotação feita por terceiros, correspondente à data da emissão da carta, e a numeração 521 (linha 3), que, provavelmente, refere-se à forma como as cartas eram organizadas naquele período ou, ainda, ao número do documento no arquivo, conforme se verifica na Figura 3.



Fonte: recorte realizado pelas autoras a partir do documento original da SAP-MT.

Figura 3 – Recorte da margem superior esquerda da carta manuscrita, datada de 6 de maio de 1769, enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao Capitão-General da Capitania de Mato Grosso.

Há um carimbo molhado, conforme exemplificado a seguir, à esquerda do título, na margem superior, com a inscrição: “Secretaria De Administração/Departamento de Documentação e Arquivo/Mato Grosso”.



Fonte: Recorte pelas autoras a partir do documento original da SAP-MT.

Figura 4 – Recorte do carimbo à margem superior central-esquerdada carta manuscrita, datada de 6 de maio de 1769, enviada pelos vereadores da Câmara de Cuiabá ao Capitão-General da Capitania de Mato Grosso.

Na ficha catalográfica do Arquivo Público (Figura 5), observa-se que se trata de uma:

Carta dos Vereadores da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Souza Coutinho, solicitando providências quanto às reclamações dos moradores e mineiros da Capitania sobre a fuga dos escravos para quilombo situado além do rio Galera. (Senado da Camara Lata, 1769) (Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso).

FLP 25(1)

Área de identificação	
Código de referência	BR MTAPMT CVB-CA-0017
Título	CARTA dos Vereadores da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luis Pinto de Souza Coutinho, solicitando providências quanto as reclamações dos moradores e mineiros da Capitania sobre a fuga dos escravos para quilombo situado alem do rio Galera. ⁴
Data(s)	<ul style="list-style-type: none"> 1769, Maio, 06 (Produção)
Nível de descrição	Dossiê / Processo
Dimensão e suporte	01 folha
Área de contextualização	
Nome do produtor	Camara de Vila Bela
Entidade custodiadora	Superintendência de Arquivo Público
Pontos de acesso	
Pontos de acesso de assunto	<ul style="list-style-type: none"> Camara Municipal Morador Escravo Quilombo Rio Mineiro Fuga Deserção
Pontos de acesso local	<ul style="list-style-type: none"> VILA BELA
Área de controle da descrição	
Fontes	Referência Anterior: 119 Fundo: Senado da Camara Lata: 1769

Fonte: Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Figura 5 – Ficha catalográfica da carta

Os comentários codicológicos aqui destacados mostram-se relevantes para, em conjunto com as informações paleográficas, oferecer subsídios para a análise e interpretação do manuscrito em questão, contribuindo para o estudo da história e da cultura da época em que o manuscrito foi produzido.

FLP 25(1)

6 NOTAS SOBRE A PALEOGRAFIA

A etimologia do termo *paleografia* advém do grego *palaio*, que significa antigo, e *graphein*, escrita, com destaque para o fato de que se refere ainda à escrita feita sobre materiais brandos ou macios, tais como: as antigas tábuas enceradas, o papiro, o pergaminho e o papel (Spina, 1977; Azevedo Filho, 1987; Acioli, 1994; Cambraia, 2005).

De acordo com Cambraia (2005, p. 23), a Paleografia tem:

[...] finalidade tanto teórica quanto pragmática. A finalidade teórica manifesta-se na preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita; já a finalidade pragmática evidencia-se na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado. (Cambraia, 2005, p. 23).

Acioli (1994, p. 6) destaca ainda que a Paleografia surgiu em épocas remotas com “[...] a preocupação em discernir manuscritos datados da Idade Média quando se organizaram coletâneas de abreviaturas. Sêneca reuniu cerca de 5.000 Notas Tironianas, para copiar os discursos pronunciados no Senado Romano [...]”.

Posteriormente, de acordo com Acioli (1994, p. 54), quando da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a Paleografia serviu como recurso para auxiliar a Justiça nos julgamentos em que se precisava comprovar a autenticidade de documentos, sendo apenas, no fim do século XVII, feita a sua sistematização - a Paleografia como ciência - a partir da publicação da obra *De re diplomática* (1681), pelo beneditino francês Jean Mabillon.

Ainda de acordo com Acioli (1994, p. 5), “Não cabe ao paleógrafo somente ler textos; a ele compete igualmente datá-los, estabelecer sua origem e procedência e criticá-los quanto a sua autenticidade [...]”. Isso porque a Paleografia inclui a análise da forma, do estilo e da evolução das letras, bem como das técnicas e dos materiais utilizados para escrever, mostrando-se fundamental para a compreensão e a interpretação de manuscritos antigos, possibilitando sua datação, identificação de autoria ou sua proveniência e auxiliando na avaliação sobre o contexto histórico e cultural em que o documento foi produzido.

6.1 Comentários paleográficos

Na análise paleográfica, foi possível verificar que o manuscrito apresenta uma “escrita cursiva”, escrita por um único punho, iniciado no recto, podendo ser considerada, de acordo com o sinalizado por Higounet (2003), como humanística, por conter características da escrita corrida encontrada em manuscritos do século XVIII. O *ductus* (orientação dos movimentos que ligam uma letra a outra) alterna-se entre traços finos e grossos, e a inclinação da escrita está para a direita, demonstrando que o *scriptor* (escriba) era destro, devido à inclinação da escrita para a direita. A habilidade do *scriptor* pode ser verificada diante da escrita cursiva e das palavras que apresentam ligaduras, formando um único vocábulo, característica distintiva da escrita cursiva, que ajuda a melhorar a fluidez da escrita e cria um efeito de continuidade.

O texto principal foi escrito em coluna única. É um texto classificado como idiógrafo, ou seja, escrito por um escrivão, mas idealizado e assinado por outra pessoa, neste caso, cinco pessoas, diante das assinaturas dos oficiais da Câmara da Vila do Cuiabá. O documento é do tipo anopistógrafo, escrito apenas no recto com um total de 28 linhas.

6.2 Abreviaturas

Os estudos sinalizam que, desde a primeira metade do século XVIII, a utilização de abreviaturas era muito recorrente, principalmente devido ao alto custo das tintas e diante da necessidade de o *scriptor* contar com maior agilidade para redigir (Sobral, 2007, p. 12). Nesse sentido, a autora aponta ainda que “Os princípios abreviativos correspondem aos procedimentos usados para omitir as letras.” (Sobral, 2007, p. 22).

Dessa forma, as letras que são omitidas nas palavras são classificadas conforme a disposição em que estão suprimidas nas grafias:



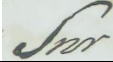
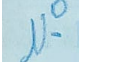
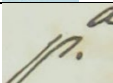
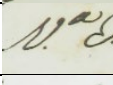
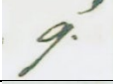
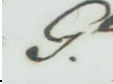
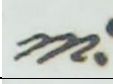
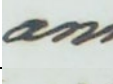
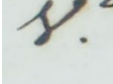
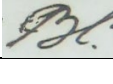
- (i) abreviaturas por sigla: formada por duas ou mais letras maiúsculas representando palavras;
- (ii) abreviaturas por suspensão: as palavras que não estão acabadas;

- (iii) abreviaturas por contração: as letras são suprimidas no interior da palavra;
- (iv) abreviaturas alfanuméricas: as palavras formadas por números e letras;
- (v) abreviaturas por letra sobreposta: as letras ficam em cima da palavra ou são marcadas por um sinal;
- (vi) abreviação por sinais especiais – são sinais especiais que faziam marcações para indicar sílabas, letras ou sílabas suprimidas (Sobral, 2007, p. 12-13).

E, em decorrência dos usos das abreviaturas, houve a necessidade de os manuscritos contarem com uma certa atenção para a realização dos seus desdobramentos.

No que se refere ao corpus pesquisado, foram encontradas três das seis categorias de classificações de abreviaturas, devidamente apresentadas no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Síntese das abreviaturas encontradas no texto, da sua classificação e desdobramento.

Fac-símile	Abreviatura	Desdobramento	Tipo de abreviatura	Linha(s)
	Ill. ^{mo}	<i>Illustríssimo</i>	Sobreposta	1
	Ex. ^{mo}	<i>Excellentíssimo</i>	Sobreposta	1
	Snr	<i>Senhor</i>	Contração	1
	N. ^o	<i>Numero</i>	Sobreposta	3
	p. ^a	<i>para</i>	Sobreposta	6, 17
	V. ^a Ex. ^a	<i>Vossa Excellencia</i>	Sobreposta	9, 10, 16
	q. ^º	<i>que</i>	Suspensão	17
	G. ^c	<i>Guarda</i>	Sobreposta	19
	m. ^s	<i>muitos</i>	Sobreposta	19
	ann. ^s	<i>annos</i>	Sobreposta	19
	V. ^a	<i>Villa</i>	Sobreposta	19
	Bl. ^a	<i>Bella</i>	Sobreposta	19

FLP 25(1)

	Gles	<i>Gonçalves</i>	Contração	24
	Fran ^{co} .	Francisco	Sobreposta	25
	X. ^{er}	Xavier	Sobreposta	25

Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados da pesquisa.

Ao estudar Paleografia, a compreensão das abreviaturas usadas na época em que o documento foi escrito mostra-se um dos recursos essenciais, pois ajuda o pesquisador não só a entender o conteúdo do documento com mais precisão, como a datar o manuscrito e identificar o autor. Além disso, o conhecimento das abreviaturas auxilia na transcrição de textos antigos com mais facilidade e precisão, uma vez que, ao reconhecer as abreviaturas, o pesquisador efetua a leitura correta das palavras e, por conseguinte, evita erros de interpretação, que podem alterar o significado do texto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi realizar um estudo filológico de uma carta manuscrita e expedida pelos vereadores da Câmara de Cuiabá, a pedido dos moradores e mineiros da região, datada de 6 de maio de 1769, enviada ao governador capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Luiz Pinto de Souza Coutinho, suplicando providências das autoridades, pois muitos escravizados estavam fugindo das propriedades.

À luz da Filologia, foram apresentadas as edições fac-similar e semidiplomática, preparando esse documento para as diversas ciências que se utilizam dessas edições para a realização dos estudos, como a História e a Sociologia, por exemplo, e ainda enfatizar a importância de se editar documentos mato-grossenses para melhor compreensão da história do estado e salvaguarda da sua memória.

O estudo filológico da carta manuscrita revelou a presença de diversas abreviaturas, o que indica uma prática comum na escrita da época. Os estudos sinalizaram que, desde a primeira metade do século XVIII, a utilização de abreviaturas era muito recorrente, principalmente devido ao alto custo das tintas e à necessidade dos escribas de redigir com maior agilidade. Também foi possível verificar que as abreviaturas encontradas no texto se enquadram em três das seis categorias de classificações identificadas: abreviaturas por sigla (formadas por duas ou mais letras maiúsculas representando palavras), abreviaturas por suspensão (palavras incompletas) e abreviaturas por contração (letras suprimidas no interior da palavra).

Dessa forma, o estudo paleográfico e a compreensão das abreviaturas utilizadas na época em que o documento foi escrito não apenas auxiliam na compreensão precisa do conteúdo do documento, mas também fornecem informações relevantes, facilitando o processo de transcrição do texto antigo, de forma a evitar possíveis erros que podem alterar o significado original do texto.

Assim, por meio dessas edições, foram realizados comentários paleográficos, codicológicos e históricos, contribuindo, assim, para a configuração da história do Português Brasileiro e dos registros mato-grossenses, destacando que o documento analisado fica como uma fonte para se empreenderem pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- Acioli VLC. A escrita no Brasil Colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos. Recife: Massangana; Fundação Joaquim Nabuco; 2003.
- Azevedo Filho LA. de. Iniciação em crítica textual. São Paulo: EdUSP; 1987.
- Bellotto HL. Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2.^a ed. Brasília: Briquet de Lemos; 2008.
- Berwanger AR, Leal JEF. Noções de paleografia e diplomática. 3.^a ed. rev. e ampl. Santa Maria, RS: Editora UFSM; 2008.
- Cambraia CN. Introdução à crítica textual. São Paulo: Martins Fontes; 2005.
- Reis JJ, Gomes FS. Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.
- Sá Júnior MT. Outros guardiães de uma mesma fronteira: o papel do quilombo do Quariterê na fronteira oeste do Mato Grosso (século XVIII). Revista de História da UEG. 2015;4(1):1-16. [citado 10 jun. 2022]. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/3458>.
- Santiago-Almeida MM. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: Gil BD, Cardoso EA, Condé VG, organizadoras. Modelos de análise linguística. São Paulo: Contexto; 2009. p. 223- 234.
- Sobral MGT. Abreviaturas: uso e função nos manuscritos [dissertação]. Salvador: Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia; 2007.
- Spaggiari B, Perugi M. Fundamentos da crítica textual. Rio de Janeiro: Lucerna; 2004.
- Spina S. Introdução à edótica: crítica textual. São Paulo: Cultrix; 1977.
- Superintendência de Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (SAP-MT). Cartas de Vila Bela da Santíssima Trindade [internet]. [citado 11 jun. 2022]. Disponível em: <http://atom.apmt.mt.gov.br/index.php/carta-dos-veredores-da-camara-de-vila-bela-da-santissima-trindade-ao-governador-e-capitao-general-da-capitania-de-mato-grosso-luis-pinto-de-souza-coutinho-solicitando-providencias-quanto-as-reclamacoes-dos-moradores-e-mineiros-da-capi>.
- Volpato LRR. Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira. In: Reis JJ, Gomes FS, organizadores. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras; 1996. p. 213-239.

FLP 25(1)